

Para que a vida siga adiante... As contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização

Bernadete Cordeiro¹

Rose Mary Gimenez²

Resumo: Este texto é um breve registro das inúmeras contribuições da educadora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, que faleceu no acidente ocorrido com o voo 3054 da TAM, na elaboração da Matriz Curricular Nacional (MCN). Destacam-se aqui os fundamentos conceituais e metodológicos inovadores e contemporâneos presentes, com maior ênfase, na primeira versão da MCN, em 2003, mas que serviram de base para as atualizações realizadas em 2005 e 2009 e para a futura versão que será lançada em breve. O artigo traz também as malhas curriculares propostas na nova versão da MCN. Além de um registro, “Para que a vida siga adiante...”, é uma homenagem lúdica e poética à bioquímica e educadora que, ao participar da criação de uma “matriz”, permitiu que a ideia original – a qual o nome do documento faz alusão – multiplicasse e possibilitasse uma concepção mais abrangente e dinâmica dos currículos que orientam as práticas formativas e as situações de trabalho dos profissionais da área de Segurança Pública.

Palavras-chave: Matriz Curricular Nacional. Fundamentos Teórico-Metodológicos. Currículo. Práticas Formativas. Segurança Pública.

Abstract: This text is a brief record of the many contributions of the educator Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, who died in the accident with the TAM flight 3054, during the preparation of the National Curriculum Matrix (CCM). One can highlight the innovative conceptual and methodological foundations and contemporary, with greater emphasis, in the first version of MCN in 2003, but that it provided the basis for updates in 2005 and 2009 and for the upcoming version that will be released soon. The paper also provides curriculum meshes proposed in the new version of MCN. In addition to a record, “For life to go forward ...”, is a playful and poetic tribute to biochemical and educator who, by participating in the creation of a “matrix”, allowed the original idea - which the name document alludes - had multiplied and had made possible a more comprehensive and dynamic design of curricula that guide training practices and working conditions of the professionals in the field of Public Safety.

Keywords: National Curriculum Matrix. Theoretical-methodological fundamentals. Curriculum. Teaching practices. Public safety.

“Quem perdeu o trem da história por querer Saiu do juízo, sem saber Foi mais um covarde a se esconder Diante de um novo mundo” (Beto Guedes)

1 Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Professora dos cursos virtuais de pós-graduação e graduação da Universidade Católica de Brasília. Apoio Pedagógico do Projeto de EAD da Senasp e Colaboradora do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

2 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Consultora da Secretaria Municipal de Segurança Pública de São José dos Pinhais e docente de Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná e Guarda Municipal de Curitiba.

A Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública (MCN) (2003) foi elaborada no calor do primeiro ano do governo Lula com vistas a auxiliar a “constituição de um sistema educacional único para todas as polícias e outros órgãos de Segurança Pública (SUSP)”.

A palavra “matriz” remete às ideias de “criação” e “geração”, que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. (BRASIL, 2003)

Instituído pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, um grupo de trabalho, sob a consultoria pedagógica da professora Valdemarina, recebeu a seguinte missão: elaborar um referencial nacional para a formação em Segurança Pública, cujo conteúdo fosse construído a partir de discussões em várias instâncias e com o auxílio de profissionais policiais e consultores, para que representassem o pensamento da coletividade. Isto é, um documento curricular que criasse condições para que, nos diversos contextos formativos, fossem discutidos e implementados mecanismos que garantissem aos profissionais da área de segurança pública o acesso às oportunidades de uma permanente formação, privilegiando a relação teoria-prática e a articulação entre os diferentes saberes.

Este documento viria, então, substituir as “Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão” (1998). Primeiro referencial curricular elaborado pela Senasp, após a Constituição Federal de 1988, com o propósito de auxiliar a homogeneização dos currículos dos cursos de formação e o planejamento curricular e de garantir a unidade de pensamento e ação a partir da inclusão de temas como: direitos humanos e polícia comunitária.

Contudo, a matriz precisava ser inovadora em seu tempo e contemplar as diferentes realidades existentes em nosso país. Assim, o grupo de trabalho, sob a consultoria da professora Valdemarina, foi buscar a concepção de currículo descrita nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que rompia com a ideia de um arranjo linear de disciplinas, para relacioná-la a um projeto educativo tradutor das intenções pedagógicas das ações formativas que contemplasse a interdisciplinaridade.

Entende-se por currículo interdisciplinar um currículo orientado para a integração, para o desenvolvimento de relações entre as disciplinas e também dos conteúdos que se encontram nas fronteiras entre elas, aqueles que são objeto de atenção em várias disciplinas e que possibilitam tratar de questões mais vitais e conflituosas, que normalmente não podem ser tratadas dentro dos limites de uma única disciplina (PCN, 1996 apud BRASIL, 2003).

Assim, objetivando a possibilidade de arranjos curriculares diferentes, a MCN trouxe dois componentes estruturantes: os eixos articuladores e as áreas temáticas, produtores de intocáveis relações a serem estabelecidas a partir deles e entre eles, que acentuam o critério de atualidade na elaboração dos currículos específicos e oportunizam o respeito às diversidades existentes no país, bem como a inclusão de padrões de qualidade na abordagem de pontos comuns que necessitam ser reforçados.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho (BRASIL, 2003).

No entanto, ousar fora preciso! A partir de estudos e pesquisas realizadas em Instituições de Ensino de Segurança Pública, constatou-se que as visões simplificadoras, hiperespecializadas – frutos dos princípios reducionistas que ainda permeavam a concepção cultural policial – dificultavam o pensar de forma abrangente. Pela desvinculação de muitas áreas importantes para a busca de solução aos graves problemas da criminalidade, os fenômenos eram estudados de forma isolada, ignorando-se a complexidade deles.

Nesta perspectiva, era preciso pensar de outra forma o ensino e as pesquisas que vinham sendo realizados no contexto da segurança pública. Para a professora Valdemarina, consultora da Senasp, era fundamental buscar na Teoria da Complexidade, de Edgar Morin (MORIN, 2000), meios hábeis para a explicação e compreensão desta realidade, a fim de propor a implementação de políticas de forma prudente e inventiva, não se deixando influenciar por cegueiras deterministas.

Era um tempo de muitas inovações sendo introduzidas em todos os aspectos da segurança pública. A principal delas era a reflexão a partir das ideias como: incerteza inclusa em sistemas organizados, imprevisibilidade, interação com novas organizações, inovação, estabilidade provisória e regeneração permanente, palavras que a professora Valdemarina introduzia com tanta espontaneidade em diversos auditórios. Sua mais importante contribuição foi a metodologia utilizada para cativar plateias compenetradas e atentas, no entanto, desconfiadas da aplicação de conceitos que não se submetiam a mensurações quantitativas. Com firmeza e mansidão, entremeando momentos de reflexão aprofundada com sorrisos confiantes, fazia crer que, nos primeiros anos do século XXI, era possível tornar pública a complexidade da Segurança Pública.

A MCN, com seus eixos articuladores e áreas temáticas, possibilitou abrir, aos poucos, um diálogo, utilizando-se de um método com potencial para revelar não só os fatos e consensos, mas também os aspectos constituintes das subjetividades, como a motivação, a esperança e a consciência de muitos profissionais de segurança pública que buscavam e continuam buscando construir competências emergentes da interação dinâmica entre características pessoais e aspectos contextuais.

A MCN tornou-se um instrumento impulsionador da reflexão e da implementação de práticas inovadoras. Para muitos, era necessário estar com a professora Valdemarina para acostumar-se com a nova concepção de ensino. Em certos casos, a resistência se apresentava em sua face mais ameaçadora, mas como a professora vivenciava o princípio dialógico em seu cotidiano, sabia transitar com leveza e segurança os períodos de desordem de ideias antagônicas ou concorrenciais, aguardando a formação de novas organizações transformadoras, transformando-se recursivamente nestas sínteses. Ela deixa-nos o exemplo de reconstrução permanente dos estudos, considerando novas hipóteses como referências da qualidade do ensino.

“Como se fora a brincadeira de roda, memórias! Jogo do trabalho na dança das mãos, macias! O suor dos corpos na canção da vida, histórias! O suor da vida no calor de irmãos, magia!”
(Gonzaguinha)

O reconhecimento oficial, especificamente pela Senasp, da necessidade de criação de uma matriz consistente para propiciar um movimento de reflexão junto às instituições de Ensino de Segurança Pública, fazia parte do quadro de desenvolvimento de processos adequados ao ideário democrático. A relevância do referido documento é resultado da sua força inerente de vir a ser um instrumento impulsionador da integração das academias. O método de trabalho adotado competentemente pela professora Valdemarina, a mobilização integral do grupo de estudiosos, que com ela compartilhava momentos de produção intelectual, inspirados na pedagogia construtivista humanista, resultaram em uma experiência rica que tem proporcionado avanços no ensino de Segurança Pública.

“Sei, aquela lição da estrada. Sonhos que passaram por nós e são meu abrigo. Te conhecer foi saber o melhor. Na alma dessa mulher, atrás da voz do cantor.”
(Beto Guedes)

É na metodologia descrita na Matriz que reside a contribuição mais expressiva da professora Valdemarina. Alinhado aos princípios – preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública – o referencial metodológico possibilita:

- a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania;
- o posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais;
- a percepção dos agentes transformadores da realidade social e histórica do país;
- o conhecimento e a valorização da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira;
- o conhecimento e o domínio das diversas técnicas ao uso da força e da arma de fogo;
- o desenvolvimento do auto-conhecimento dos profissionais de segurança pública;
- a utilização de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos que norteiam a atuação dos profissionais da área de segurança pública.

O referencial da MCN está fundamentado no paradigma que concebe a formação como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências que, por meio da integração de saberes, possibilita a formação de profissionais preparados para responder aos desafios e às exigências sociais, bem como comprometidos com a sua trajetória profissional.

Na evolução educacional pretendida, o ensino é entendido como processo político complexo transpassado por competências e habilidades específicas e especializadas, visando à promoção da aprendizagem, à reconstrução do conhecimento e à apropriação crítica da cultura elaborada, pautadas em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética. A aprendizagem envolve atividade socialmente organizada que implica na relação cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, pressupondo a construção de um novo conhecimento a partir da continuidade/ruptura com o conhecimento anterior (BRASIL, 2003).

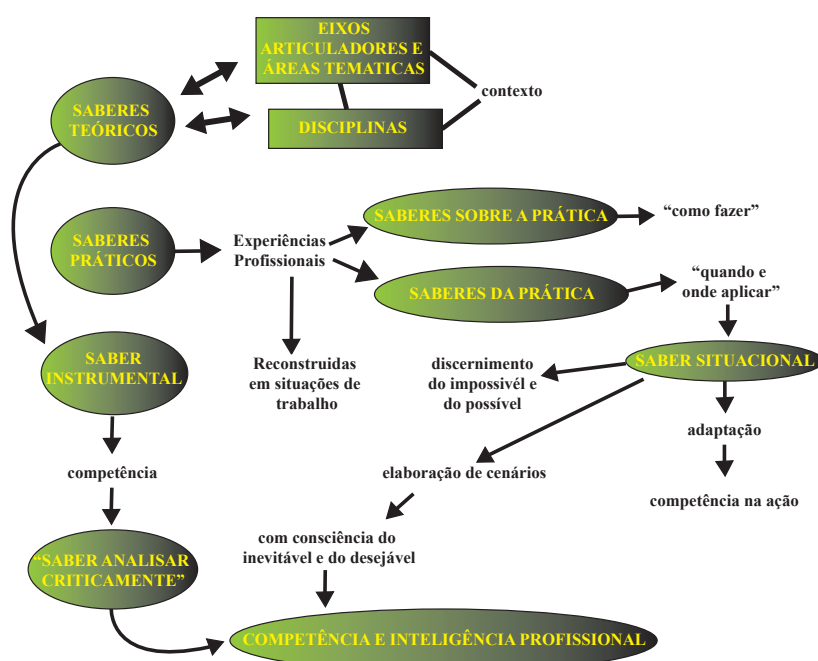
Cabe destacar que se traçarmos uma linha de continuidade entre as Bases Curriculares e a Matriz Curricular Nacional acharemos dois pontos convergentes: a transversalidade dos direitos humanos e o desenvolvimento de competências.

A transversalidade curricular dá coerência interna e integra as ações formativas à filosofia da política vigente. Representa, ainda, uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade que emana da proposta governamental em Segurança Pública, conferindo a necessidade de contextualização e de abrangência (BRASIL, 2003, s/p).

Em relação à competência profissional, é possível entendê-la como “o conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas” (MCN, 2003).

O esquema a seguir, presente no texto da MCN, foi criado pela professora Valdemarina para representar a integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional.

Esquema 1
Integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional



Fonte: ALTET, Marguerite; MORIN, Edgar
Adaptado por Valdemarina Azevedo (2003).

Segundo a professora Valdemarina, os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos em contexto mais amplo nas diferentes disciplinas e na cultura de segurança pública, são indissociáveis dos saberes práticos, que são originados das experiências cotidianas da profissão e adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho, dos quais podemos distinguir “os saberes sobre a prática” (saberes procedimentais sobre o “como fazer”) e “os saberes da prática” (produto das ações que tiveram êxito e o saber “quando” e “onde” os saberes podem ser aplicados).

Este saber prático aponta para o “saber situacional”, pois articula os diferentes saberes na ação, gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação. Este “saber situacional” permite a seleção de instrumentos e ferramentas para agir no âmbito do cenário onde os saberes práticos estão presentes, possibilitando, assim, o desenvolvimento da competência “saber analisar criticamente”.

Segundo Valdemarina, “a articulação entre os saberes, as habilidades, os hábitos, as atitudes e os esquemas de ação geram competência” (BRASIL, 2003). Centrada no desenvolvimento de competências, a metodologia da MCN trazia, ainda, a necessidade de adoção de uma prática pedagógica que considerasse: a mobilização da aprendizagem, a desconstrução/reconstrução de conhecimento e a avaliação da própria produção pelo discente a partir da reflexão sobre a ação.

As contribuições destacadas não esgotam as inúmeras outras deixadas pela professora Valdemarina. Pelo contrário, elas possibilitam compreender o quanto estas influenciaram e ainda influenciam os currículos dos cursos de formação, a prática pedagógica e as situações de ensino, a qualidade das interações e a aprendizagem significativa.

“Roda mundo, roda gigante Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante Nas voltas do meu coração...”
(Chico Buarque)

O advento do Fundo Nacional de Segurança Pública e a implementação do Pronasci fortaleceram o estreitamento entre as ações de segurança pública e as ações de promoção de cidadania. Os investimentos realizados na área de segurança pública trouxeram novos desafios, exigindo mudanças na versão inicial da MCN. Para atender às necessidades evidenciadas nesse novo cenário, a consultoria pedagógica que sucedeu à professora Valdemarina, juntamente com um grupo de trabalho e em diálogo constante com participantes de todo o Brasil realizou, em 2005, a primeira revisão da MCN. Nessa revisão, foram agregados ao trabalho realizado pela Senasp outros dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – um conjunto de orientações para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas – e a malha curricular³, um conjunto de disciplinas, e suas respectivas ementas, que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo está voltado para a garantia da unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de Segurança Pública: policiais militares, policiais civis e bombeiros militares. A elaboração desse último documento mobilizou 105 profissionais que atuavam nas instituições de Segurança Pública de todo o país por meio da participação em grupos virtuais e presenciais.

³ Malha curricular é o termo utilizado para substituir a expressão “grade curricular”. Na palavra malha, está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

A segunda revisão aconteceu em 2008 e foi apresentada oficialmente no II Encontro de Áreas Educativas para Segurança Pública, realizado em 2009, que reuniu em Brasília representantes das instituições de ensino de Segurança Pública do Brasil e dos demais países do Mercosul, bem como países convidados. Contudo, é importante destacar que essa segunda revisão teve como subsídio as contribuições advindas da série de seminários realizados em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, no período de 2005 a 2007. Esses seminários possibilitaram sistematizar:

- os fundamentos didático-metodológicos presentes na atual versão da Matriz;
- a discussão sobre as disciplinas da malha curricular;
- a transversalidade dos Direitos Humanos;
- as reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas.

As reflexões sobre a prática pedagógica, principalmente o incentivo para a utilização de metodologias e técnicas centradas no ensino ativo, fizeram com que a Senasp investisse em ações para a capacitação dos professores. Sendo assim, além do curso de Formação de Formadores, na modalidade a distância, a Senasp lançou a Trilha do Educador – um referencial para que os estados pudessem organizar, na modalidade presencial, ações formativas para os docentes pautadas na MCN.

Paralelo a essas inovações, a Senasp implementou a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp, trazendo parcerias com universidades e centros de formação no Brasil e no âmbito do Mercosul. Os resultados dessas parcerias demonstraram a necessidade de promover mais uma vez modificações na MCN.

Assim, no período de abril a junho de 2010, a Senasp, por meio de uma consultoria especializada, realizou a avaliação da MCN, junto aos gestores, técnicos e professores das instituições de ensino na área de Segurança Pública de todo o país.

Os resultados apresentados sobre a avaliação foram agrupados em duas dimensões: educacional e estratégica. A dimensão educacional reuniu os aspectos relacionados às questões pedagógicas, que necessitavam ser ampliadas e revistas, e a dimensão estratégica abrangeu os desafios relacionados à gestão escolar.

Dimensão educacional:

- incluir o Bombeiro Militar, criando uma malha curricular específica;
- rever a malha curricular existente, modificando as disciplinas, de forma a atender as novas demandas, necessidades e exigências da atualidade;
- criar uma melhor definição para a carga horária das disciplinas.

- rever a sistemática de avaliação;
- incluir novos títulos nas referências bibliográficas.
- A dimensão estratégica visa criar estratégias que possam:
- minimizar a resistência de atores envolvidos no processo;
- auxiliar as instituições na adaptação das orientações pedagógicas contidas na MCN;
- orientar o uso da estrutura física do ambiente de formação;
- orientar a capacitação continuada dos docentes e a sistemática de avaliação;
- predizer o *status* de implementação da MCN.

Cabe ressaltar que as dinâmicas dos eixos articuladores e das áreas temáticas, bem como a orientação pedagógica contida na MCN, foram elogiadas não devendo assim serem modificadas, mas atualizadas e fortalecidas.

A esses resultados foram somadas também as orientações contidas no relatório parcial do Programa de Construção de Padrões de Qualidade (PCPQ), realizado em 2010, que reúne informações sobre os Centros de Formação dos Profissionais da Área de Segurança Pública, localizados nos estados-sede da Copa e os dados do relatório da Análise Prossiógráfica e Mapeamento de Competências da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros realizada pela Senasp, por meio de consultoria especializada, no período de 2009 a 2010, com agentes e praças das referidas instituições.

No âmbito da própria Senasp, a avaliação da implementação da MCN apontou ainda a necessidade de a revisão abranger as discussões hoje realizadas no âmbito da América Latina, as recomendações da ONU para programas de treinamento voltados para segurança cidadã.

Cordeiro (2008) destaca que os discursos e as agendas propostas para a formação e capacitação dos profissionais da área de segurança pública, atualmente divulgadas, expressam cada vez mais a necessidade da abrangência dos seguintes pontos:

- reconhecimento das características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais;
- compreensão das formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade;

- atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e a integração das ações de justiça e segurança;
- desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam um perfil profissional que seja capaz de: i) comunicar-se de forma efetiva; ii) relacionar-se com a comunidade; iii) mediar conflitos; iv) atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos Humanos; v) administrar o uso da força; vi) utilizar técnicas e tecnologias não letais; vii) gerenciar crises; viii) lidar com grupos vulneráveis; ix) lidar com a complexidade, o risco e a incerteza; x) utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; xi) investigar crimes e solucioná-los; xii) utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções (CORDEIRO, 2008).

Sendo assim, esses resultados inspiraram a necessidade de construção de uma nova versão MCN para que seu texto possa incluir os seguintes pontos:

- competências profissionais extraídas da Análise Prossiógráfrica e Mapeamento de Competências da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros classificadas em três grandes grupos, tomando como base as dimensões do conhecimento: cognitivas, operativas e atitudinais;
- competências cognitivas: são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações;
- competências operativas: são as competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente;
- competências atitudinais: são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social. (BRASIL, 2012)
- nova malha curricular – núcleo comum – elaborada a partir da análise prossiógráfrica e que orientará os currículos das polícias civis e militares, bem como a malha curricular elaborada, especificamente, para a formação do Bombeiro Militar. Todas com carga horária “recomendada” para as disciplinas;

- novas ementas para as disciplinas e revisão das existentes;
- ampliação das referências bibliográficas com sugestão de novos títulos;
- fortalecimento da orientação pedagógica voltada para o desenvolvimento de competências por meio de metodologias e técnicas de ensino ativo.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, a metodologia utilizada no trabalho de revisão da MCN vem privilegiando a participação de diversos profissionais envolvidos no processo de formação dos profissionais da área de Segurança Pública, por meio de grupos de trabalhos (grupos consultivos e grupos avaliativos). Esses grupos funcionam como um “espaço plural e coletivo de socialização de saberes” e possibilitam a discussão e o fortalecimento das escolhas pedagógicas feitas pela Senasp em relação à formação do profissional da área de Segurança Pública. Sobre as quais cabe destacar:

- a opção por uma visão crítica da educação, comprometida com a concepção de que o profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, situacionalmente, de modo que o currículo deve fortalecer a simbiose dos três eixos que, segundo Balestreri (1998), fundamentam a formação do policial: ético, técnico e legal;
- a abordagem curricular pautada no paradigma da complexidade que contemple a teoria e a prática articuladas pela inclusão da problematização, tendo as metodologias de ensino ativo como modelos de referência para gerar situações de aprendizagem que possibilitem a “transferência de conhecimento”, ou seja, a capacidade de aplicar conhecimentos prévios em novos contextos, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças para agir na nova situação, gerando, portanto, adaptação a quaisquer situações inerentes às competências profissionais e a novas competências que se fizerem necessárias;
- a construção de “um modelo de segurança do cidadão”, que abranja políticas sociais e projetos sociais preventivos, protagonizados pela articulação de diferentes forças sociais: administrações públicas, associações, terceiro setor, escolas etc.;
- a ideia de que a implantação do currículo abranja uma organização pautada em eixos e áreas de aprendizagem, reunindo disciplinas afins que interagem e dependem umas das outras, consolidando uma prática pedagógica com visão global e interdisciplinar, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento/aquisição de competências (BRASIL, 2012).

A construção da nova MCN encontra-se em seu processo final. Essa última fase envolve a análise por profissionais que atuam na área educacional das instituições de ensino envolvidas com a formação do profissional da área de Segurança Pública das malhas curriculares e das ementas propostas pelos grupos de trabalhos.

Em um espaço virtual, os profissionais selecionados para participar desse processo discutirão e apresentarão as propostas de mudanças que julgarem necessárias. Todas as propostas serão analisadas pela consultoria, que redigirá a versão final. Estima-se que a nova MCN seja divulgada até julho de 2012.

Alinhadas às competências selecionadas do perfil profissiográfico, as malhas curriculares (Tabelas 1 e 2), propostas pelos grupos de trabalhos e ainda sob análise, se constituem de um núcleo comum de disciplinas, agrupadas por áreas temáticas, que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais relacionados à formação dos profissionais da área de Segurança Pública.

Tabela 1
Malha curricular para as ações formativas das polícias militares e civis (núcleo comum)

Áreas Temáticas da Matriz		DISCIPLINAS	Carga Horária
I	Sistemas, Instituições e Gestão	Estado, Segurança Pública e Complexidade Social	10h
		Sistema de Segurança Pública no Brasil	10h
		Fundamentos da Gestão Pública	10h
		Fundamentos da Gestão Integrada e Comunitária	20h
Total			50h
II	Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Sócio-Psicológica da Violência e do Crime	20h
		Criminologia Aplicada à Segurança Pública	20h
		Análise de Cenários e Riscos	20h
Total			60h
III	Conhecimento Jurídico	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	30h
Total			30h
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	15h
		Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	10h
		Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10h

Áreas Temáticas da Matriz		DISCIPLINAS	Carga Horária
Total			65h
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas	15h
		Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho	10h
		Treinamento Físico Aplicado	120h
Total			145h
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	20h
		Documentação Técnica	10h
		Tecnologias e Sistemas Informatizados	10h
		Gestão da Informação	10h
		Inteligência Policial	10h
Total			60h
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva	Direitos Humanos	15h
		Ética e Cidadania	15h
		Diversidade Étnico-sócio cultural	10h
		Qualidade em Serviço	10h
		Vida Institucional	10h
		Raciocínio Profissional	10h
Total			70h
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Estatística Aplicada	20h
		Introdução à Análise Criminal	20h
		Preservação e Valorização da Prova	10h
		Atendimento Pré-Hospitalar	20h
		Uso Diferenciado da Força	10h
		Defesa Pessoal	40h
		Abordagem	60h
		Direção Defensiva	20h
		Prevenção de Crimes: fundamentos, planejamento e implementação	10h
Total			210h
Carga Total			690h

Tabela 2
Malha curricular para as ações formativas dos Bombeiros Militares (núcleo comum)

Áreas Temáticas da Matriz		DISCIPLINAS	Carga Horária
I	Sistemas, Instituições e Gestão	Sistema de Segurança Pública no Brasil	10h
		Fundamentos da Gestão Pública	10h
		História dos Bombeiros no mundo e no Brasil	5h
Total			25h
II	Violência, Crime e Controle Social	Psicologia das Emergências	15h
Total			15h
III	Conhecimento Jurídico	Direito e Legislações Aplicadas na Atividade de Bombeiros	30h
		Normas e Regulamentos Institucionais	10h
Total			40h
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Sistema Nacional de Defesa Civil	10h
		Gestão de Riscos	20h
		Atuação de CBM diante de Desastres	20h
Total			50h
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas	120h
		Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho	20h
		Treinamento Físico Aplicado	20h
Total			180h
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	20h
		Redação Técnica	10h
		Telecomunicações	10h
		Gestão da Informação	10h
Total			50h
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	15h
		Direitos Humanos	15h
		Diversidade Cultural	10h
		Qualidade em Serviço	10h
		Estágio Operacional	30h
		Proteção Ambiental	10h
Total			90h

Áreas Temáticas da Matriz		DISCIPLINAS	Carga Horária
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Atendimento Pré-Hospitalar	30h
		Prevenção e Salvamento Aquático	20h
		Salvamento Terrestre	20h
		Salvamento em Altura	20h
		Sistema de Comando de Incidentes	30h
		Ocorrências com Produtos Perigosos	30h
		Prevenção e Perícia de Incêndio	20h
		Combate a Incêndio	30h
Total			200h
Carga Total			650h

Elaborar um currículo não é montar um quebra-cabeça, mas sim lidar com as possibilidades trazidas pelos ricos movimentos dos grupos de trabalho, como um caleidoscópio. Contudo, a efetivação de uma proposta curricular exigirá “a congruência entre as intencionalidades contextuais expressas nos fatos do cotidiano (dimensão contextual); os aportes legais e conceituais (dimensão política) e as condições adequadas para a sua operacionalização no dia a dia (dimensão técnico-metodológica)” (MCN, 2012).

A vida segue adiante; “a história avança, não de modo frontal como um rio, mas com desvios que decorrem de inovações, criações internas, acontecimentos ou acidentes externos” (MORIN, 2000, p. 81); as contribuições da professora Valdemarina permanecem. Como registro, estão cristalizadas no documento da primeira versão da MCN, contudo, como fundamentação conceitual e metodológica, refazem-se na dimensão metodológica dos documentos que sucederam a sua consultoria e, principalmente, na intenção geradora de quem aplica, ajudando docentes e estudantes a assumirem conscientemente sua própria educação e a serem sujeitos na construção de um mundo melhor.

“Amigos a gente encontra O mundo não é só aqui
 Repare naquela estrada Que distância nos levará.”
 (Dominginhos)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilú. (Org.) *A construção do conhecimento e sua mediação metodológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. *Matriz Curricular Nacional para Formação dos Profissionais de Segurança Pública*, 2003.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. *Matriz Curricular em Movimento: Malha Curricular*, 2006.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. *Matriz Curricular Nacional: versão revisada e ampliada*, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. *Matriz Curricular Nacional: versão revisada e ampliada*, 2012 (mimeo).
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. *Análise Prossiógráfrica e Mapeamento de Competências da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros*, 2010. (mimeo).
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Bases Curriculares para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*. Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 1999.
- CORDEIRO, Bernadete M. P. *Estado da arte: estudo sobre as ideias de estudiosos, instituições nacionais e internacionais, bem como organismos governamentais e não governamentais, sobre a elaboração de uma agenda de temas e ações de treinamento “comuns” para diminuir as cifras de violência e de criminalidade na América Latina*. Brasília: PNUD, 2008. (Projeto 04/29: relatório técnico)
- CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy. S. *Direitos humanos: referencial prático para docentes do ensino policial*. 2. ed. Brasília: CICV, 2005.
- MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 2000.